

A ética de Cristo

CASTILLO, José María.
São Paulo: Loyola, 2010. 213p.

Ms. Pe. Cleiton Viana da Silva*

De acordo com J. M. Castillo, sendo a ética o assunto do momento, a própria teologia tem deslocado o eixo de suas preocupações passando das questões dogmáticas (cristologia, eclesiologia, escatologia, antropologia teológica) para as questões éticas (debate sobre as células-tronco, o aborto, a eutanásia e os temas relacionados ao sexo e à família).

Em sua obra, *A ética de Cristo*, o autor pretende apresentar um caminho para que os ensinamentos de Jesus sejam luz para as reflexões sobre as questões mais nevrálgicas com as quais lidamos, ao mesmo tempo em que procura mostrar que a “ética vai demasiadas vezes a reboque de interesses que nada têm a ver com a ética” (p. 12).

No primeiro capítulo, o autor apresenta Jesus a partir de sua “ética desconcertante”: ao acolher os excluídos da sociedade (a saber: os pecadores, os publicanos, as prostitutas, as mulheres de má fama) o próprio Jesus deixava desconcertadas as pessoas mais religiosas de seu tempo.

O segundo capítulo apresenta a hermenêutica para compreender a ética de Cristo: a encarnação. Uma vez que “ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1,18), tudo o que conhecemos e sabemos de Deus encontramos no homem Jesus de Nazaré. A afirmação de que Deus se fez “carne” (Jo 1,14) revela o caráter paradoxal da revelação divina: *Deus se fez debilidade* como a própria palavra “carne” pretende indicar. Eis o ponto em que se compreende a atribuição de loucura e escândalo como Paulo afirma (1Cor 1,23). A ética de Cristo se apresenta, portanto, como uma *ética da humanização* que na parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) evidencia a superioridade da caridade em relação ao cumprimento de deveres religiosos.

* Mestre em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo, mestrando em Teologia Moral pela PUC-SP e docente no Departamento de Teologia Moral da Faculdade Paulo VI em Mogi das Cruzes; e-mail para contato: silvacvs@hotmail.com.

O terceiro capítulo discute o lugar a partir do qual Jesus desenvolve sua ética: a Galileia. Sua ida à Galileia é motivada por uma decisão após o desfecho da vida do Batista. Jesus quer realizar seu ministério no lugar em que vivem os pobres, os sem influência e sem boa reputação e, consequentemente, considerados desprezíveis.

O conteúdo da ética de Cristo é apresentado no quarto capítulo, ao discutir a diferença entre o que uma pessoa pode dizer de si e o que as pessoas reconhecem no seu agir. À pergunta sobre o que é fazer o bem, o autor acrescenta a consideração sobre a validade do agir diante de uma comunidade. A validade indica o que as pessoas que foram afetadas por uma determinada ação experimentam em suas vidas, de modo que o “espelho” do comportamento ético não é a consciência do sujeito agente, mas o “semblante” daqueles com quem se convive. A ética de Cristo tem seu fundamento no cuidado com a vida, com a humanização da vida, que é a mediação entre o ser humano e Deus. Nesse ponto, passa-se da consideração do “dever a cumprir” para a “necessidade a satisfazer”; é uma ética para a felicidade dos outros.

No capítulo cinco é traçado o esboço de uma “ética leiga” no sentido de que se deve priorizar o compromisso com a humanização deste mundo em primeiro lugar. No desenvolvimento deste capítulo, o autor parte do relato das bodas de Caná (Jo 2,1-12) em que a “água para a purificação dos judeus” dá lugar ao vinho da alegria.

No sexto capítulo o autor descreve a diferença entre as éticas religiosas e a ética de Cristo baseando-se no relato da cura do homem da mão paralisada na sinagoga em dia de sábado (Mc 3,1-6). Segundo o autor, a religião muitas vezes se torna uma “armadilha” quando coloca o cumprimento dos deveres acima da satisfação das necessidades mais elementares. Uma ética religiosa tende a voltar-se para si mesma, satisfazendo-se em cumprir rigorosamente seus deveres (dinamismo “centrípeto”), ao passo que a ética de Cristo coloca o bem e a felicidade dos outros acima de tudo (dinamismo “centrífugo”). A crítica do autor é que muitas vezes a “fidelidade às obrigações religiosas costuma servir de falsa justificativa para legitimar nosso desinteresse diante das necessidades, com frequência prementes, dos que nos cercam” (p. 87).

No capítulo sete é analisado o tema da “compaixão” como base da ética de Cristo. A compaixão é compreendida como a força motriz da sensibilidade

pela dor/sofrimento do outro; mais do que “ter pena”, é uma “reação visceral” ao sofrimento alheio. Neste ponto, o autor destaca como para Jesus a indiferença é mais grave até mesmo que a violência. As parábolas do rico epulão e do pobre Lázaro (Lc 16,19-31) e do bom samaritano (Lc 10,25-37) juntamente com o “juízo final” (Mt 25,31-46) atestam a sensibilidade como chave do comportamento ético na perspectiva da mensagem de Jesus. A proposta de uma “ética leiga” é retomada considerando que o amor aos outros é anterior a qualquer disposição religiosa, uma vez que o amor é uma “exigência humana”.

Ao analisar, no capítulo oito, a inversão que Jesus propõe de que os últimos sejam os primeiros (cf. Mc 10,31), o autor apresenta a “situação desesperadora” dos últimos deste mundo. Tal situação é causada porque a consideração sobre as *diferenças* legitima o discurso e a prática da *desigualdade*. A lógica de Cristo é contraposta à lógica deste mundo na parábola dos trabalhadores da última hora (Mt 20,1-16). A lógica desta situação mede a vida a partir da eficácia, dos direitos, dos privilégios e do bom rendimento; a lógica de Cristo se baseia, por sua vez, no critério da solidariedade aos últimos.

O programa ético de Jesus é apresentado no capítulo nove, ao tratar das bem-aventuranças e do Sermão da Montanha em geral (Mt 5–7). Se Moisés trouxe a Lei, a graça e a verdade se alcançam em Jesus (Jo 1,17). É a passagem da ética das obrigações, para a ética da felicidade. Duas coisas são importantes para a compreensão da ética de Cristo: em primeiro lugar é o fato de que as bem-aventuranças são apresentadas no plural, indicando que se trata de uma felicidade a ser vivida não isoladamente mas sim comunitariamente; em segundo lugar, a felicidade dos “pobres em espírito” está em vencer o desejo que desemboca em rivalidade, violência e morte.

No capítulo décimo, o autor olha para a relação entre Jesus e o dinheiro. O dinheiro, *Mammon*, como aparece em Mt 6,24, pode indicar uma *força totalizadora* que seduz o homem e o torna incapaz de se sensibilizar pelos que mais sofrem, engendrando um dinamismo de exploração e dominação. Entretanto, Jesus admitia ao seu círculo de amizade pessoas com situação econômica muito boa, desde que fossem capazes de se desapegarem do que tinham em vista de servir às necessidades dos demais. Nesse capítulo o autor ainda analisa as relações entre ética e economia.

A relação entre Jesus e o poder é trabalhada no capítulo onze da obra. Jesus tinha consciência de que o poder tinha força muito mais sedutora do que o próprio dinheiro. Diante da pergunta sobre quem seria o “maior” (Mc 9,34; Mt 18,1; Lc 9,46; 22,24), apresenta a criança e o escravo como modelo dos que entrarão no Reino (Mt 20,26-27), por serem as pessoas desprovidas de direitos. No Lava-pés (Jo 13,1-16), mais do que simples humildade, Jesus mostra a *exemplaridade* em contraposição ao “ser maior” ou ao ter “autoridade”. Ao passo que o verbo obedecer (*ypakoúein*) aparece apenas três vezes nos evangelhos (Mc 4,41; Lc 17,6; Mc 1,27) relacionado a seres inanimados, às plantas do campo e aos demônios, o seguimento é apresentado como dinamismo da vida cristã. A “ética da submissão deu lugar à ética do seguimento a uma pessoa que é exemplo que atrai e dá sentido à vida” (p.180).

No capítulo doze, o autor reflete sobre o puritanismo que rejeita todo prazer, especialmente o prazer sexual e a influência desta corrente tanto na moral como na espiritualidade cristã. Sua percepção é de que nem nas comunidades cristãs primitivas, nem na pessoa de Jesus havia uma preocupação com as questões de pureza. O próprio Jesus, de acordo com o autor, esteve em situações escandalosas às opiniões de seus contemporâneos: deixou-se “beijar”, “tocar” e “ser perfumado” em público por uma mulher pecadora da cidade (Lc 7,37). A preocupação do autor é que o puritanismo traz consequências muito sérias para a ética: a pessoa puritana tende a centrar-se em si mesma, coloca a pureza até mesmo acima da justiça e de qualquer forma de relação e acaba sufocando o amor ao próximo.

O texto é instigante, provocador e por isso é capaz de cumprir sua função de nos ajudar a confrontar a *ética de Cristo* com a ética na qual vivemos e até ensinamos. Seu esboço de uma ética leiga, que não prescinde da fé nem da profissão de uma religião, indica um caminho acertado para a elaboração de uma ética de dimensões globais porque não parte de valores supra-humanos, mas da consideração das necessidades mais elementares de qualquer homem, na concretude e inteireza de sua vida.